



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/CGAP/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de peças e componentes, sob demanda, destinados a manutenções programadas (preventivas e preditivas), não programadas (corretivas) e discrepâncias de aeronaves tipo Helicóptero, modelo AS350B2 (prefixos: PT-HZH; PR-HFA e PR-LEE) e AS355N (prefixos: PR-HFC e PR-HFD), discriminadas abaixo, pertencente à frota do Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal, tendo por objetivo manter as aeronaves em plenas condições de aeronavegabilidade, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT referencial	Quantidade simbólica unitária	valor simbólico Unitário R\$	Valor Máximo de Referência R\$
1	1	PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do <i>Pricelist</i> da fabricante dos motores das 05 (cinco) aeronaves tipo Helicóptero, modelos AS 350B2 e AS 355N Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo é possível aferir tomando-se por base parâmetros inerentes às determinações técnicas de manutenção regular da aeronave.	478614	8.316.000	R\$ 1,00	8.316.000,00
	2	Valor de referência Taxa administrativa referente ao item 1	478614	1	15,50	15,50

2	3	<p>PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do <i>Pricelist</i> da fabricante das células das 05 (cinco) aeronaves tipo Helicóptero, modelos AS 350B2 e AS 355N.</p> <p>Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo não é possível aferir, em razão de fatores imprevisíveis (DISCREPÂNCIAS), considerando ainda as ATUALIZAÇÕES relativas à navegação.</p>	478614	4.583.800	R\$ 1,00	4.583.800,00
	4	Valor de referência Taxa administrativa referente ao item 3	478614	1	11,80	11,80
	5	<p>PEÇAS e COMPONENTES originais constantes do <i>Pricelist</i> da fabricante das células das 05 (cinco) aeronaves tipo Helicóptero, modelos AS 350B2 e AS 355N.</p> <p>Quantitativo de peças e componentes cuja necessidade ao longo do tempo é possível aferir tomando-se por base parâmetros inerentes às determinações técnicas PROGRAMADAS de manutenção regular da aeronave.</p>	478614	4.619.576	R\$ 1,00	4.619.576,00
	6	Valor de referência Taxa administrativa referente ao item 5	478614	1	11,80	11,80
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$						17.519.415,10

O CATMAT é referencial devido a impossibilidade de cadastrar milhares de peças passíveis de troca em um helicóptero.

Obs1.: os itens 2, 4 e 6, são taxas administrativas correspondentes à 15,50%; 11,80% e 11,80% respectivamente, dispostos assim para propiciar lances.

Obs2.: Item 1 corresponde a 7.200.000 valor reservado pra peças + 1.116.000,00 (15,50% de taxa de administração) = R\$ 8.316.000,00

Obs3.: item 3 corresponde a 4.100.000 valor reservado pra peças + 483.800,00 (11,80% de taxa de administração) = R\$ 4.583.800,00

Obs4.: item 5 corresponde a 4.132.000,00 valor reservado pra peças + 487.576,00 (11,80% de taxa de administração) = R\$ 4.619.576,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo,

conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os itens 1, 3 e 5, da tabela acima, não são objeto de lances, apenas correspondem aos valores de referência que a administração tem reservado para gastos com peças, REPETIR OS VALORES NOS ITENS 1, 3 e 5.

1.5.1. Após a finalização dos lances, na fase de negociação, os itens 1, 3 e 5 serão adequados pelo pregoeiro, como valor negociado, conforme as propostas dos itens 2, 4 e 6.

1.5.2. Os itens 2, 4 e 6, referem-se aos valores da taxa de administração, conforme percentuais especificados na tabela, convertidos para valores em reais, que serão objeto de lances, consignados em ata de sessão pública para fins de cálculo da taxa de administração a ser aplicada, conforme o valor da peça ou componente a ser demandado.

1.5.2.1. Os itens 2, 4 e 6 servem apenas para definirem os itens 1, 3 e 5, lembrando que os itens 1, 3 e 5 serão alterados apenas pelo Pregoeiro e os licitantes devem repetir os valores nesses itens (1, 3 e 5) sob pena de desclassificação da proposta, a oferta de lances serão apenas nos itens 2, 4 e 6;

1.6. Os licitantes poderão dar lances separados nos grupos (grupo 1 ou grupo 2) ou em ambos os grupos (grupos 1 e 2), sendo justificada a divisão no Estudo Técnico Preliminar, uma vez que as fabricantes das peças para os motores e células são distintas, assim como as empresas que possuem diferentes ramos de atuação.

1.6.1. Exemplo de lance: caso o licitante classificado tenha ofertado R\$ 10,00 no item 2, tem-se que a taxa de administração proposta pela empresa licitante para o fornecimento de peça ou componente é de 10% para o item 1, logo, seguindo a observação 2 abaixo da tabela acima, tem-se o valor de R\$ 7.200.000,00 acrescido de 10% (R\$ 720.000,00) no item 1. Neste caso, como o item 1 não é objeto de lance, será alterado pelo pregoeiro para o valor negociado de R\$ 7.920.000,00. A mesma lógica aplica-se aos itens 3 (com lances no item 4) e 5 (com lances no item 6).

1.6.2. Os itens 2, 4 e 6 não tem valor significativo, apenas para estabelecer a taxa administrativa que o sistema de compras não permite esse modelo, podendo ser lançado valores de R\$ 0,01 pelo pregoeiro no final, mas deverá constar na proposta do fornecedor.

1.7. O grupo 1 será adjudicado ao licitante que ofertar a menor taxa de administração, o que levará ao menor preço no grupo.

1.8. No grupo 2 será adotada a menor taxa de administração ofertada entre os dois itens, para homologação do certame.

1.9. De acordo com as propostas apresentadas, percebe-se variação na metodologia de cobrança da taxa administrativa adotada pelas empresas. Nesse sentido, obedecendo o percentual máximo a ser aferido após a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, serão observados os percentuais praticados pela contratada, conforme critérios descritos nas propostas, da forma mais vantajosa para a administração.

1.10. Quando as peças forem adquiridas no Brasil, poderão compor o valor apenas os tributos recolhidos e os gastos efetivamente comprovados, desde que não ultrapassem o percentual de taxa de administração contratado.

1.11. Os itens não descritos no Pricelist do fabricante e que constem no Manual de Manutenção da aeronave/motor e/ou no IPC (Catálogo Ilustrado de Peças), terão como preço base para referência, ao qual será feita a aplicação da taxa administrativa, a cotação direta com a fabricante da aeronave ou da peça (com valores sem a incidência de: a) frete e seguro internacional; b) custo de admissão e manutenção do Depósito Especial (DE); e c) custos de nacionalização, os quais se incluem: frete interno; taxa SISCOMEX e Infraero / CODESP;

eventual honorário de despachante; para posterior aplicação da taxa de administração conforme proposto pelo vencedor do certame;

1.12. Os itens que necessitem de instalação e/ou reposição, para manter a aeronavegabilidade das aeronaves da frota, deverão ser fornecidos pela CONTRATANTE;

1.13. Todas as peças e componentes serão originais ou recomendadas pelo fabricante para as aeronaves **AS 350B2 e AS 355N**, prefixos PR-HFA, PT-HZH, PR-LEE, PR-HFC, e PR-HFD, todas do acervo do CAOP/CGAP/DIREX/PF.

1.14. Na taxa de administração deverão estar incluídos todos os **serviços de frete, desembaraço alfandegário, riscos, consolidações de materiais, lucros, manutenção e gerenciamento de estoque, galpões e tributos antes da nacionalização**

1.15. **DETALHAMENTO DO ITEM 1:**

1.15.1. Em relação ao item 1, foram considerados os valores executados no último contrato e, também, recente Estudo Técnico Preliminar, conforme ETP;

1.15.2. refere-se às peças a serem trocadas, lembrando que além das peças constantes no mapa do fabricante, há outras peças acessórias que sempre são danificadas ou não recomendadas à reutilização pelo fabricante (cablagens, conexões elétricas, tubulações, vedações especiais, porcas, parafusos, pinos, contrapinos, buchas ...), não havendo como especificar devido à diversidade de componentes na aeronave e já estão inclusos no valor do item 1;

1.15.3. Esclarece-se que mesmo com a previsibilidade do valor mínimo, a Administração só efetuará o pagamento dos componentes efetivamente fornecidos, podendo ser inferior ao valor estimado da contratação do item;

1.15.4. A aquisição de itens em substituição a itens obsoletos ou descontinuados se enquadram nesta classificação deste item, haja vista não termos a previsibilidade concreta da evolução dos itens aeronáuticos que visam reduzir a carga da tripulação e mitigar os perigos do voo policial.

1.16. **DETALHAMENTO DO ITEM 3:**

1.16.1. A aquisição de aeronaves similares aos do objeto desta contratação, por meios judiciais ou doação, carecem de aquisição de materiais que as adequem às funções policiais, se enquadrando, na classificação deste item 3 a aquisição dos equipamentos necessários para mitigar o perigo das operações aéreas policiais com equipamentos adequados, tais quais itens de segurança para voos a baixa altura (corta cabos e protetores de rotor de cauda), facilitadores de embarque e desembarque com a aeronave acionada (portas corrediças, estribos e ancoragens), bem como itens de atualização de navegação, vez que nas aquisições realizadas nas aeronaves para fins de voo policial, houve a PREVISIBILIDADE de inclusão destes itens de segurança.

1.16.2. A aquisição de itens em substituição a itens obsoletos ou descontinuados se enquadram nesta classificação deste item 3, haja vista não termos a previsibilidade concreta da evolução dos itens aeronáuticos que visam reduzir a carga da tripulação e mitigar os perigos do voo policial.

1.16.3. A aquisição de itens de segurança que visem proteger a integridade da tripulação e passageiros, a exemplo de áreas e situações com a possibilidade de serem alvejados por armas de fogo, se enquadra na classificação deste item 3, pois não havia previsão a época da aquisição das aeronaves do aumento do poderio bélico das organizações criminosas.

1.17. **DETALHAMENTO DO ITEM 5:**

1.17.1. Em relação ao item 5, foram considerados os valores executados no último contrato e, também, recente Estudo Técnico Preliminar, conforme ETP;

1.17.2. refere-se às peças a serem trocadas, lembrando que além das peças constantes no mapa do fabricante, há outras peças acessórias que sempre são danificadas

ou não recomendadas à reutilização pelo fabricante (cablagens, conexões elétricas, tubulações, vedações especiais, porcas, parafusos, pinos, contrapinos, buchas ...), não havendo como especificar devido à diversidade de componentes na aeronave e já estão inclusos no valor do item 5;

1.17.3. Esclarece-se que mesmo com a previsibilidade do valor mínimo, a Administração só efetuará o pagamento dos componentes efetivamente fornecidos, podendo ser inferior ao valor estimado da contratação do item;

1.18. RELAÇÃO DE CUSTOS E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS POR EVENTO IMPREVISÍVEL

1.18.1. Essa sistemática visa minimizar a oneração dos contratos quando da ocorrência de defeitos mais significativos financeiramente, agilizando a contratação das peças que não estão relacionadas nas manutenções regulares de imediato, favorecendo a continuidade do funcionamento da aeronave, coadunando com a contratação de manutenção (contrato distinto remunerado à custo fixo mensal) de acordo com o princípio da eficiência e economicidade.

1.18.2. A aquisição só será efetivada após a constatação do dano da peça fora das programadas (item 5), autorização do fiscal do contrato, e disponibilidade orçamentária.

1.18.3. O FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES deverá ser prestado em conjunto com o contrato de manutenção da aeronave, a fim de assegurar a integridade do patrimônio público em sua plena condição de aeronavegabilidade e, conseqüentemente, o pleno emprego nas operações desencadeadas pela Polícia Federal ordinariamente e, extraordinariamente nas de outros órgãos, já que a sua interrupção pode vir a comprometer a prestação do serviço público e a sua função social.

1.18.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.19. A presente aquisição é considerada atividade de custeio conforme disposto no art. 2º da Portaria ME nº 7.828/22, em seu Inciso V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

1.20. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de agosto de 2022, o presente documento não necessita ser classificado, sendo o TR encartado como anexo do Edital, de consulta pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 64/2023 e 65/2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: 5 e 8
- IV) Classe/Grupo: 2995 - ACESSÓRIOS DIVERSOS DE MOTORES DE AERONAVES
- V) Identificador da Futura Contratação: 200334-90015/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.
- 4.3. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União. Disposições inerentes a critérios de sustentabilidade ambiental de obrigatoria observância pela contratada.
- 4.4. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG, a CAOP/CGAP/DIREX/DPF, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- 4.4.1. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.4.2. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e
- 4.4.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 4.5. Todo o material será adquirido considerando a IN Nº 01/2010 da SLTI/MPOG, capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.
- 4.6. A comprovação do disposto no item acima e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Termo de Referência (TR).

Subcontratação

- 4.7. Não é admitida a subcontratação do fornecimento dos presentes objetos;

Garantia da contratação

- 4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9. Os pagamentos se darão após o recebimento e aceite do objeto por parte da equipe de fiscalização, não havendo risco para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos componentes de uso rotineiro, a exemplo daqueles usados em trocas sistemáticas e inspeções preventivas, deverá ser acertado no orçamento aprovado pela fiscalização de modo a atender os prazos de execução das inspeções, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar

as razões respectivas com pelo menos 30 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal.
Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek
Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14
CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF,
de segunda a sexta, no horário de 08h às 18h,
exceto feriados, salvo se houver necessidade pelo
CAOP/CGAP/DIREX/PF de entrega em horário diverso

5.4. Nas eventuais situações em que um componente de maior complexidade sofrer algum tipo de avaria provocada por acidente e/ou incidente, pela urgência que a situação requeira, o prazo máximo para entrega será de **30 (trinta) dias**. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da CONTRATADA e a conseqüente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.

5.5. Os componentes controlados por tempo limite de vida ou por tempo limite entre revisões deverão ser solicitados de forma pré-programada, mediante pedido antecipado da CONTRATANTE, sendo sua entrega estipulada para o prazo máximo de **30 (trinta) dias**. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da CONTRATADA e a conseqüente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.

5.6. Os componentes não controlados por ficha de matrícula, utilizados nos diversos sistemas da aeronave, principalmente das áreas de elétrica e aviônicos, deverão ser entregues no prazo máximo de **15 dias úteis** e, no caso de uma possível entrega internacional, para **30 (trinta) dias úteis**. Os casos de impossibilidade comprovada de cumprimento dos prazos estabelecidos, como por exemplo, a ausência da peça no estoque da CONTRATADA e a conseqüente necessidade de importação, deverão ser fundamentados por escrito para a CONTRATANTE para análise e posterior deliberação.

5.7. Os prazos deverão ser contados a partir do recebimento por parte da CONTRATADA do pedido oficial e orçamento aprovado emitido pela CONTRATANTE.

5.8. No ato da entrega, as PEÇAS e/ou COMPONENTES nacionais ou estrangeiros deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGV00, FAA FORM, EASA FORM etc.).

5.9. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.

5.10. Qualquer alteração superveniente na lista de preços (*Pricelist*) do fabricante, que venha a ocorrer durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não produzir efeito em relação às solicitações posteriores.

5.11. A ocorrência do ADDITIONAL BILLING será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.

5.12. Para faturamento das peças de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão da Nota Fiscal pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

5.13. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à

moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.14. A contratada deverá oferecer um meio *on line* para o fornecimento de orçamento, efetivação do pedido, acompanhamento e o rastreamento da entrega das peças e componentes comprados.

5.15. Assim que for efetivada a solicitação de orçamento pela fiscalização, a CONTRATADA terá **02 (dois) dias úteis** para encaminhar orçamento com valor total das PEÇAS e COMPONENTES relacionados na Solicitação de Fornecimento.

5.16. Todas as PEÇAS e/ou COMPONENTES deverão ser originais ou recomendados pelo fabricante.

5.17. Os percentuais da TAXA DE ADMINISTRAÇÃO a serem cobrados no fornecimento das PEÇAS e/ou COMPONENTES serão aqueles advindos do resultado da licitação.

5.18. A taxa administrativa para o fornecimento de componentes importados deverá contemplar:

- a) fretes;
- b) taxas alfandegárias;
- c) custos de armazenagem;
- d) seguros (caso necessite);
- e) lucro.

5.19. A taxa administrativa para o fornecimento de componentes nacionais deverá contemplar:

- a) fretes;
- b) custos de armazenagem;
- c) seguros (caso necessite);
- d) lucro.

5.20. Não poderá incidir taxa administrativa sobre os tributos governamentais.

5.21. No decorrer das intervenções de manutenção na AERONAVE, caso haja falha em PEÇA e/ou COMPONENTE, que deva necessitar de conserto, revisão ou descarte, conforme o caso e a depender da natureza e/ou extensão do defeito apresentado na PEÇA e/ou COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO, e que seu conserto se tornará anti-econômico ou com prazo que indisponibilize a ponto de tornar a recuperação desvantajosa para o interesse público, desde que demonstrado a conveniência e vantagem para a administração, poderá ser adotado o método de aquisição de tal componente mediante EXCHANGE, com valor menos oneroso ao considerar-se o de um componente novo.

5.22. Após a aprovação dos orçamentos e apresentação de laudos e justificativas, a autoridade competente deverá transferir o domínio de propriedade da PEÇA e/ou COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO ao fornecedor da PEÇA e/ou COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO no prazo de até **30 (trinta) dias** úteis após o recebimento deste.

5.23. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, por meio do Termo de Recebimento Provisório, onde relacionará todos os produtos recebidos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste e na proposta.

5.24. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesta Minuta de Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, em se tratando de entrega de mercadoria nacional, e 30 (trinta) dias, em se tratando de entrega internacional, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.25. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.26. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.27. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.28. O prazo de garantia contratual dos bens, que somado ao período da garantia legal, serão os fornecido pelo fabricante, ou superior, caso o fabricante altere os prazos de garantia no decorrer do contrato, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Os prazos estabelecidos para peças novas e aqueles para peças usadas/trocadas/reparadas são os usuais da indústria de aviação.

5.30. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.32. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.34. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.36. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.38. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5.43. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

5.45. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.47. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.49. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.51. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.53. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todo e qualquer defeito de

fabricação das PEÇAS e/ou COMPONENTES fornecidos, independentemente de ser, ou não, a fabricante do produto;

5.53.2. A garantia do componente se dará mediante substituição do item defeituoso, exceto se a CONTRATADA comprovar que o problema da peça se deu por inadequações na instalação, operação ou manuseio.

5.53.4. Sempre que forem constatados defeitos nas PEÇAS e/ou COMPONENTES fornecidos, a CONTRATADA deverá, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, substituí-los no prazo de **10 (dez) dias úteis**, desde que disponíveis em estoque.

5.53.7. Todo e qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição, despesas com deslocamento de equipes, comunicação, dentre outros, será por conta e responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.53.9. Garantir PEÇAS e/ou COMPONENTES a partir da data de sua entrega, contadas por sequência ininterrupta de meses ou por horas de voo, o que ocorrer primeiro, conforme os prazos a seguir descritos:

5.53.10.1. **A) PEÇAS E/OU COMPONENTES NOVOS:** Durante 12 (doze meses) meses ou 1.000(mil) horas de voo, a partir de sua instalação nos helicópteros, ou 24 (vinte e quatro) meses após sua entrega ao fornecedor deste contrato, o que vencer primeiro;

5.53.10.3. **B) PARA ITENS REPARADOS, REVISADOS E DE TROCA STANDARD E PEÇA(S) USADA(S):** Durante 500 (quinhentas) hora de voo ou 6 (seis) meses da ocasião em que sejam instaladas nos Helicópteros ou 12 (doze) meses após sua entrega ao fornecedor deste contrato, o que ocorrer primeiro. Para itens reparados, a garantia está limitada ao reparo feito e/ou Peças substituídas.

5.53.10.5. A contratada deverá disponibilizar de profissionais capacitados para importação, desembaraços aduaneiros, avaliações (no caso de *EXCHANGE*), e todos os demais atos necessários para a entrega da peça conforme estabelecido nesta Minuta de Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

6.8.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#)).

6.8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação

realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **3 (três) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

- 8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

- 8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual ou Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual ou Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples.
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 2% do valor total estimado da contratação.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

- 8.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta

contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1.1. realizado ou estar realizando o fornecimento dos materiais, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência, em períodos sucessivos ou não, por um prazo não superior a 3 (três) anos até a data da publicação do Edital ([§5º](#), art. 67, Lei 14.133/2021).

8.28.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.29.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 17.519.415,10 (dezessete milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e quinze reais e dez centavos)**

9.2. *O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do percentual da taxa de administração, será aplicado sobre o price list do fabricante para as peças, com valor máximo*, para o item 1 o valor de **R\$ 8.316.000,00**, item 3 o valor de **R\$ 4.583.800,00**, e item 5 no valor de **R\$ 4.619.576,00**.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado

ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. ~~Gestão/Unidade: [...];~~
- II. ~~Fonte de Recursos: [...];~~
- III. ~~Programa de Trabalho: [...];~~
- IV. ~~Elemento de Despesa: [...];~~
- V. ~~Plano Interno: [...];~~

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Brasília, 10 de abril de 2024.

Elaborado por:

HENRIQUE RIET DE MELLO E SOUZA

Agente de Polícia Federal
GESCON/CAOP/CGAP/DIREX/PF

WILLAMAR MARTINS RIBEIRO

Agente de Polícia Federal
SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

Aprovo:

GUILHERME LOPES MADDARENA

Delegado de Polícia Federal
Coordenador de Aviação Operacional



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE RIET DE MELLO E SOUZA**, **Agente de Polícia Federal**, em 12/04/2024, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILLAMAR MARTINS RIBEIRO**, **Agente de Polícia Federal**, em 12/04/2024, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LOPES MADDARENA**, **Delegado(a) de Polícia Federal**, em 15/04/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34783470&crc=5A854503.

Código verificador: **34783470** e Código CRC: **5A854503**.